

Reflexões sobre a trajetória de Leopoldino Joaquim de Freitas (1818-1889)

Vinicius Furquim de Almeida*

vinicius.furquim.almeida@gmail.com

Resumo

Neste artigo, investigam-se aspectos da trajetória de Leopoldino Joaquim de Freitas, homem negro, descendente de ex-escravizados, que ocupou diversos cargos dentro do serviço público sul-rio-grandense, bem como no âmbito da Corte, durante o século XIX, com o intuito de refletir sobre sua mobilidade social, assim como sobre suas relações políticas. São expostos episódios nos quais é evidenciada a aproximação do personagem a figuras políticas regionais e, para tanto, são utilizadas como fontes diversos periódicos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Também se pontua sobre sua participação em espaços de sociabilidade como a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre, a partir das informações obtidas no Livro de Matrícula de Irmãos para os anos de 1845-1890. As informações aqui apresentadas consistem em um levantamento inicial sobre o referido personagem, e visam, especialmente na parte final do texto, a amparar questionamentos sobre a pertinência das categorias "elite" e "elite social negra" para a trajetória em questão.

Palavras-chave

Trajetoira; Sociabilidade negra; Elite

Reflection on the trajectory of Leopoldino Joaquim de Freitas (1818–1889)

Abstract

In this article, the aspects of Leopoldino Joaquim de Freitas' trajectory are investigated. Black man and descendant of former-slaves, he occupied several roles in the public service of Rio Grande do Sul, as well as in the scope of the Court, during the XIX Century. The present study intends to reflect on his social mobility and on his political relations. Exposed here are episodes in which the proximity between the character and regional politic figures is demonstrated. Therefore, a great number of sources from Rio de Janeiro and Rio Grande do Sul's journals are utilized. Moreover, this article punctuates on his participation in sociability spaces, such as Irmandade de Nossa Senhora da Conceição in Porto Alegre, through the information obtained in the book Livro de Matrícula de Irmãos for the years between 1845 and 1890. The information presented here consists in an initial investigation about the character, and aims to, especially at the final part of the text, support the questionings on the pertinence of the categories "elite" and "black social elite" for the trajectory at issue.

Keywords

Journey; Black sociability; Elite

“Eu não nomeei compadre algum”. Assim, Gaspar da Silveira Martins, senador sul-rio-grandense, retorquia as insinuações de Martinho de Campos, colega parlamentar pelo estado de Minas Gerais e, na ocasião, presidente do conselho de ministros de D. Pedro II. A edição do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 5 de julho de 1882, trazia na íntegra o conteúdo daquela discussão que tinha dois artífices da oratória como personagens. O motivo da discussão dava-se ao fato de que Martins, almejando desestabilizar o gabinete ministerial em exercício, articulava uma dura crítica às práticas administrativas de Campos, publicadas pela mesma folha periódica, acusando-o de nomear quadros políticos próximos aos seus interesses particulares para a composição de determinados organismos da administração pública. O que Martins provavelmente não calculava, contudo, é que Campos iria acusá-lo de operar a partir das mesmas práticas quando, alguns anos antes, tinha sido Ministro da Fazenda: “eu a tenho destruído [a acusação], mas não com os atos do nobre senador, porque os meus não se parecem com os seus; eu não nomeei um cliente meu”¹. De modo incisivo, Martinho Campos argumentava que Silveira Martins tinha por hábito nomear aqueles que dele eram em alguma medida tributários, agindo de um modo coercitivo no estabelecimento de uma relação de dependência. De outra forma fazia ele, Campos, preocupando-se muito mais com as competências profissionais do indicado, ainda que o escolhido fosse sobrinho de um partidário seu: “concordo com o nobre senador, se dissesse que a nomeação de pessoas dessa posição como a dos compadres só deveria ser feita sem prejuízo do mérito e capacidade superi-

ores de outros”. As acusações não pairaram no âmbito do anonimato. O senador mineiro dava o nome de um dos supostos funcionários-clientes de Silveira Martins: Leopoldino Joaquim de Freitas, que, segundo Campos, era “amigo e comprovinciano do nobre senador, que veio da província em sua companhia”². Em sua argumentação, Campos apontava os dados que informavam que o referido funcionário tinha sido empossado na função de Diretor Geral da Tomada de Contas do Tesouro Nacional, em 1878³, e que tal promoção preteria diversos outros funcionários com mais tempo de serviço público e mais elevados ordenados, os quais, conforme a legislação vigente, eram os mais indicados para a ocupação do cargo. Muito se discutiu a partir dessas contraposições e acusações mútuas, tanto que Martins, ironicamente, dizia de toda aquela exposição: “leva duas horas a responder [a acusação]”⁴. Por fim, Campos concluiu a sua explanação, Martins firmemente negou o nepotismo, e a sessão foi encerrada.

De toda a querela estabelecida nas páginas daquele periódico, interessa para este artigo o personagem que talvez possa ser considerado o pivô da discussão, o funcionário do Tesouro Nacional, Leopoldino Joaquim de Freitas. Isso porque sua trajetória nos oferece a possibilidade de compreender as estratégias de mobilidade social dos agentes que ocupavam os estratos médios da sociedade cidadina da Província de São Pedro no Oitocentos. Os vestígios da vida do personagem ganham contornos ainda mais interessantes quando consideramos suas conexões familiares, especialmente aquelas do lado materno, uma vez que Leopoldino, homem negro, era descendente de egressos do regime escravista. As-

¹Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – BN. *Jornal do Commercio* (RJ), 5 de julho de 1882, p.2. Todas as grafias serão atualizadas.

²Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – BN. *Jornal do Commercio* (RJ), 5 de julho de 1882, p.2.

³Também do Rio Janeiro, o periódico *O Cruzeiro* noticiava, em edição de 1878: “A bordo do paquete nacional *Itajahy*, entrando anteontem á noite dos portos do sul, chegou o sr. Leopoldino Joaquim de Freitas, ultimamente nomeado diretor geral da tomada de contas do tesouro nacional. À sua saída de Porto Alegre e Rio Grande foi S.S. alvo de manifestações de apreço, não só por parte de seus amigos particulares, como dos empregados das repartições de fazenda da província, em uma das quais, como já tivemos ocasião de dizer, a tesouraria, exerceu durante longos anos o importante cargo de inspetor”. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – BN. *O Cruzeiro* (RJ), 30 de julho de 1878, p. 1.

⁴Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – BN. *Jornal do Commercio* (RJ), 5 de julho de 1882, p.3.

sim, o pertencimento étnico de nosso personagem possibilita uma trilha investigativa fecunda para pensarmos nos estabelecimentos sociais deste agente histórico em seu espaço-tempo, e embasam, de certo modo, as questões que pretendo aqui ensinar: Leopoldino pode ser colocado dentro do espectro de uma elite social? É viável, a partir de seu caso, falar-se em “elite negra” no século XIX? Além dessas questões, o objetivo deste artigo é também a apresentação deste personagem, de modo a contribuir para a soma de esforços da historiografia contemporânea em trazer a lume o protagonismo dos homens e mulheres negros na história do Brasil, e, aqui, especificamente, do Rio Grande do Sul.

Algumas considerações sobre o filho da negra Estefânia Maria da Assunção

Leopoldino Joaquim de Freitas nasceu em 1818, em Porto Alegre, tendo sido batizado em 3 de agosto do referido ano (MOREIRA; CAMPOS, 2017, p.57). Seu pai, Joaquim Pedro de Freitas (1790 - ?), foi um militar oriundo da cidade de Santos – SP, e, ao que indicam os registros de nascimento de seus filhos, esteve em Porto Alegre já em meados da década de 1810. No solo mais ao sul do reino, o militar estabeleceu relação com Estefânia Maria da Assunção⁵ (1796-1884), que era natural de Porto Alegre. Da união dos dois, nasceram, além do primogênito Leopoldino, ao menos mais quatro rebentos: Joaquim, João, Adelaide e Leopoldina (MOREIRA; CAMPOS, 2017, p.58).

As estratégias familiares em prol da estabilidade e mobilidade social podem ser percebidas a partir do nascimento de nosso personagem, especialmente quando consideramos o fato de que Leopoldino tenha sido exposto, em maio de 1818, na casa de seu padrinho, o

tenente Francisco de Paula Soares. O ato, na interpretação dos historiadores Paulo Moreira e Vanessa Campos (2017, p. 59), provavelmente se deu em função de costumes deslocamentos militares de Joaquim, sendo provável que ele não estivesse presente no momento do nascimento do primeiro filho daquela união, de maneira que, no eventual registro de batismo, havia a possibilidade de seu nome, bem como sua insígnia militar de tenente, não figurar como chancelas sociais na demarcação de *um lugar* para Leopoldino. Além disso, a ausência da paternidade no eventual registro propiciaria a demarcação de outro lugar social, aquele da mãe, Estefânia, mulher negra forra, talvez legando àquele filho, em seu primeiro documento, o *estigma* da cor. Assim, naquelas primeiras décadas do século XIX, “reservar” um filho sob os cuidados de um padrinho militar até que o pai, companheiro de ofício, pudesse de fato emprender o registro de batismo, era parte de uma lógica que levava em conta a valorização das patentes militares no núcleo familiar e relacional, o suficiente para, naquele momento, inviabilizar e invisibilizar a presença da negra cor oriunda do lado materno (MOREIRA; CAMPOS, 2017, p.59). Esta escolha paterna também contribui para revelar a já prototípica áurea de prestígio que revestiria as forças armadas ao longo do século XIX e que, mesmo ainda em vias de profissionalização (MUGGE, 2017, p.155), já respaldava as escolhas dos agentes históricos.

Pelo lado materno, é possível que Leopoldino tivesse por ascendência Eufrásia Maria da Conceição (MOREIRA; CAMPOS, 2017, p. 54), sua avó, parda forra nascida na Colônia de Sacramento, hoje território uruguaio, mas que, em meados do século XVIII ainda fazia parte do território colonial português⁶. De acordo

⁵Não foi possível identificar qual a atividade profissional desempenhada por Estefânia.

⁶Por conta das invasões espanholas e das redefinições territoriais ocorridas ao longo da segunda metade do século XVIII, a família de Eufrásia migra para o território do que mais tarde seria Porto Alegre (CRUZ, 2017, p.20).

com Moreira e Campos, Eufrásia era filha de uma escravizada que, ao migrar para o território do Porto dos Casais, casou-se com o também pardo forro Francisco Felix de Souza. Assim, a linhagem de nosso personagem, ao menos pelo lado materno, estava profundamente vinculada a um passado escravista, herança que, aos olhos de uma sociedade hierarquicamente racializada (LIMA, 2001; VIANA, 2007), era um fator depreciativo. Todavia, a partir de Eufrásia, é possível identificar o estabelecimento de mínimas bases socioeconômicas que podem ter contribuído, pavimentando o caminho, para que Leopoldino pudesse desenvolver condições de subir mais um degrau na ascensão social naquele recorte espaço-temporal. Isso porque, em testamento de 1842, Eufrásia legava seus bens imóveis para os netos Leopoldino e Adelaide⁷, bens estes que consistiram na morada dos Freitas mesmo na próxima geração, com os sobrinhos de nosso personagem. Desse modo, é importante salientar que, se na trajetória de Leopoldino houve um esforço de qualificação social amparado na figura paterna, houve também um silencioso esforço de manutenção pecuniária que tem origem em uma economia doméstica mantida pelas mulheres daquela família, uma constante na história das mulheres negras no Brasil (MACHADO, 2018).

O estabelecimento deste arranjo familiar pode ser considerado, desse modo, como uma das primeiras “ferramentas” à disposição de Leopoldino na construção de sua trajetória. A partir dessa suposição, contudo, não se propõe aqui delinear uma carreira pessoal hiperconsciente ou totalmente planejada, evitando as armadilhas da *ilusão biográfica* (BOURDIEU, 2002). Considera-se, entretanto, o campo de possibilidades dado aos sujeitos em decorrência de sua posição dentro do com-

plexo social que o cerca, de maneira a pontuar sobre possíveis configurações que viabilizaram ou não sua mobilidade e estabelecimento dentro deste mesmo complexo. O ambiente relacional da família de Leopoldino é ponto importante dentro desta reflexão, mas não o único, visto que nem sempre as relações de compadrio estabelecidas para assentar o nascimento de um indivíduo se sustentam ao longo da vida (FARINATTI; VARGAS, 2014). Aqui, penso em um conjunto de dispositivos acionados que se complementam no objetivo de responder ao *ethos* de um tempo-espaço, visando, como fim, à permeabilidade do tecido social. A partir disso, passo, então, a elencar outros elementos que possam ter colaborado na trajetória de Leopoldino.

Um dos elementos de distinção social na sociedade Oitocentista foi a educação formal. Em uma sociedade iletrada e deficitária em termos de políticas públicas educacionais, aqueles que manejassem as letras estavam um passo à frente na disputa pela ocupação de cargos de projeção. Na Província de São Pedro – consoante ao resto do império – a educação pública nas primeiras décadas do século era privilégio de um grupo restrito, e as iniciativas de inserções educacionais de crianças e jovens estavam submetidas ao âmbito doméstico, a partir de iniciativa individual (ARRIADA, 2007, p. 35 et seq.) ou às aulas de matérias específicas, datadas da década de 1820 (ARRIADA, 2007, p.43). Ainda que dispondo de raras informações específicas, neste contexto, o caso de Leopoldino é exemplar, visto que sua formação nas primeiras letras esteve a cargo do pai, “que ensinou-o a ler e a escrever, a aritmética e a geografia, mandando-o já preparado para cursar latim, história, francês e filosofia [...]”⁸ (FREITAS, 1911, p. 4). Não foi possível identificar em que ambiente se deu

⁷Os demais netos haviam falecido antes da avó. Tratava-se de duas casas que perfaziam o montante de 2:250\$000 réis. Uma delas foi legada para Adelaide com a condição de manter abrigar a própria Eufrásia até seu último dia de vida (MOREIRA; CAMPOS, 2017, p. 56)

⁸Doravante, todas as grafias serão atualizadas.

a sequência de sua formação, mas é provável que tenha seguido no âmbito privado, visto que foi somente a partir da década de 1840 que se lançaram bases mais consistentes para uma educação pública na província (SCHNEIDER, 1993, p. 59). É provável que o personagem tenha alcançado formação suficiente em seus estudos até meados da década de 1830. Isso porque, em 22 de dezembro 1835, já decorridos três meses da tomada de Porto Alegre pelos Farrapos, o jornal *O mensageiro* noticiava a sessão extraordinária da Assembleia da Província que dizia, dentre outras coisas, que:

*O sr. Chagas, como Relator da Instrução pública, leu o parecer dado ao requerimento de Leopoldino Joaquim de Freitas, que pede dispensa de idade, para poder opor-se à Cadeira de Francês desta Cidade, declarando a mesma Comissão não ser da competência d'Assembleia dispensar na Lei Geral de 31 de Outubro de 1831: foi aprovado.*⁹

Leopoldino, desse modo, já reunia condições para desempenhar a atividade de professor, provavelmente ocupando uma daquelas cadeiras avulsas que ofereciam aulas de latim, português, francês, inglês, gramática e filosofia. A iniciativa do personagem também oferece outra via de observação dentro da reflexão sobre a mobilidade social, isto é, a do mérito. Reunindo condições a partir de um letramento obtido junto a um membro no núcleo familiar, Leopoldino talvez tenha encontrado na via educacional uma forma de inserir-se em outras esferas sociais, visto que, como já foi dito, o manejo das letras oferecia certo prestígio para aqueles que o possuí-

am, ainda que não oferecessem bons vencimentos¹⁰. As lides como professor ocuparam-no ainda na década de 1840, como atesta o *Relatório do Presidente da Província de 1846*¹¹, o elencando como professor de francês e geografia em Porto Alegre, cargos para os quais recebia o vencimento de 800\$000 réis¹². O relatório indica que Leopoldino constava nos quadros das aulas de instrução secundária da Província desde 31 de outubro de 1842.

Entre sua solicitação para o cargo de professor e o aparecimento do relatório de 1846, contudo, houve uma Guerra Civil.

Não foi possível captar, de maneira consistente, o envolvimento de Leopoldino nas contendas entre os Farrapos e as Forças Imperiais, sendo as únicas informações sobre este período aquelas informadas por seu sobrinho, Leopoldo de Freitas Cruz, em uma nota biográfica publicada em 1911. Ali, em linhas rápidas, o autor escreve que:

Então, em 1836, apresentou-se ao comandante Manoel Marques de Souza, posteriormente general e Conde de Porto Alegre, para o serviço militar, a que todos os rio-grandenses estavam obrigados, pela revolução ou pela legalidade imperial. A 30 de abril de 1838, no combate do Rio Pardo era oficial em comissão às ordens do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, e sofreu os padecimentos da derrota, tendo passado privações até que, errante nas estradas, foi encontrar abrigo na estância da família Azambuja Rangel, que o recebeu carinhosamente (FREITAS, 1911, p.4-5).

⁹Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional - BN. *O mensageiro* (RS). 22 de dezembro de 1835, p. 58. Não foi possível localizar o conteúdo da referida Lei Geral.

¹⁰Comentando o debate em torno da formação de professores para educação pública provincial, já na segunda metade do século XIX, o historiador Eduardo Arriada argumenta que: “durante a maior parte do século XIX, a Província de São Pedro não teve um curso voltado para a formação docente: só em 1869, começará a funcionar a Escola Normal. O provimento das cadeiras nem sempre foi fácil, ficando, desse modo, diversas cadeiras vagas. Certos profissionais verdadeiramente competentes preferiam optar por outras profissões. Por outro lado, os mecanismos de fiscalização e cerceamento político e ideológico acabam afastando muitos docentes, estes muitos vezes para permanecerem no serviço eram obrigados a se adequar à política vigente, sob o risco de sofrerem perseguições. Além do mais, e as próprias autoridades tinham consciência disso, os salários dos docentes não eram condizentes com a carga e responsabilidade do trabalho que executavam” (ARRIADA, 2007, P.161-2).

¹¹Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1846* (Mapa nº5).

¹²Este valor é informado no relatório de 1847. Ver Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1847* (4ª tabela).

Em que circunstâncias Leopoldino serviu nas fileiras de Xavier da Cunha? Que posto ocupou? E em que circunstâncias foi ele recebido pelos Azambuja Rangel, família que provavelmente fazia parte de alguma ramificação dos abastados estancieiros de Rio Pardo (VARGAS, 2007, p.76; 195)? São perguntas ainda sem resposta¹³.

Ainda em 1846, o presidente da Província de São Pedro, Luiz Alves de Lima e Silva, então Conde de Caxias, determinava o estabelecimento de um liceu provincial (ARRIADA, 2007, p.63 et seq.). A determinação se cumpriria integralmente somente em 1851, com o estabelecimento do Liceu D. Afonso, em Porto Alegre (SCHNEIDER, 1993, p. 101), no qual, como um dos primeiros professores, constava Leopoldino (ARRIADA, 2007, p. 67). O personagem, assim, provavelmente optou pela carreira docente como forma de estabelecimento social, não só pelo eventual status decorrido da profissão, mas, também, pela possibilidade da inserção no serviço público. Durante o período de vínculo docente ao Liceu, Leopoldino assumiu, em 1854, sob a presidência provincial de João Cansanção de Sinimbu, o cargo de Diretor da Instrução Pública. A função, até a nomeação do personagem, era também atribuição daqueles que ocupassem a direção do Liceu. Contudo, Sinimbu informava, em seu relatório provincial, que já não era mais de bom tom manter as duas funções sob a tutela da mesma pessoa e que, por isso, nomeara o “Professor de Francês Leopoldino Joaquim de Freitas para Diretor da Instrução Primária, cargo que ocupa desde o dia 2 de março do corrente ano” (SINIMBU, 1854, p.23). O presidente ainda

emendava dizendo que com a separação que por ele tinha sido posta em prática, ganhava muito o serviço público, “porque a fiscalização das escolas se tornou mais ativa, e a inspeção mais vigilante [...]” (SINIMBU, 1854, p. 23), além de justificar sua escolha dizendo que um dos documentos enviados à conferência da Assembleia de Representantes daquele ano seria o relatório do novo diretor, “no qual expondo todos os defeitos e faltas de que se ressentia esse ramo do serviço, indica o referido diretor as medidas necessárias para remediá-lo, tanto quanto é possível segundo as circunstâncias da Província [...]”¹⁴ (SINIMBU, 1854, p. 23).

Não é possível saber se a nomeação de Leopoldino para o cargo de diretor esteve atrelada a arranjos sociopolíticos prévios. Entretanto, é possível afirmar, ao menos, o estabelecimento de laços de confiança entre o nosso personagem e a alta direção da província, uma vez que havia outros professores – portanto, outros candidatos - no Liceu quando daquela nomeação. Também é possível que o envolvimento já de longa data de Leopoldino na cena educacional da província tenha-lhe oferecido bases para ser reconhecido como o mais apto no momento da escolha de Sinimbu.

Essa perspectiva é plausível quando consideramos que, na altura de sua nomeação para o cargo de Diretor da Instrução Pública, Leopoldino já estava ligado às funções públicas provinciais não só na qualidade de professor, mas, desde ao menos 1846, também na função de contador da Fazenda Provincial, sendo localizado como Oficial Maior da Contadoria, em 1847, com o vencimento de 1:300\$000¹⁵. Neste âmbito de sua car-

¹³MOREIRA e CAMPOS (2017, p. 60) apontam uma participação de Leopoldino diretamente no campo de batalha, notadamente na Batalha do Caminho Novo, em 1837.

¹⁴Ainda que não seja o objetivo deste artigo, infelizmente, não foi possível localizar este Relatório elaborado por Leopoldino para que fosse possível conhecer seu parecer sobre a educação da província.

¹⁵Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional - BN. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1847 (13ª tabela).

reira no serviço público é que o personagem iria galgar vários postos, estreitar alianças, e no qual permanecerá até os últimos anos de sua vida, como veremos.

O mesmo tema, décadas antes: o vínculo de Leopoldino Joaquim de Freitas com o Partido Liberal

“Hoje despreza-se a lei da antiguidade para atender-se à do merecimento, que marcha de acordo com o progresso do século XIX”¹⁶. Este era um dos argumentos com o qual o articulista que correspondia da Província de S. Pedro para o jornal *O Constitucional* atacava as acusações de seu colega de profissão progressista, que havia usado as páginas dos periódicos *Jornal do Commercio*, da Corte, e do *Correio do Sul*, da província, para sugerir que os postos indicados para a ocupação da Tesouraria Provincial daquele ano desrespeitavam a ordem de antiguidade que então prevalecia naquela repartição. Argumentando que o articulista era “baronista” ou vinculado ao Partido Liberal Progressista (PLP)¹⁷, o autor do texto publicado em *O Constitucional* argumentava dizendo:

*Se os cargos mais elevados só fossem concedidos aos empregados mais antigos, hoje lá pela tesouraria tudo andaria como antigamente às mil maravilhas, e esta repartição não se ufalaria de ter por contador um rio-grandense tão probo, escrupuloso da sua reputação, assíduo no trabalho, inteligente e ilustrado, como o sr. Leopoldino Joaquim de Freitas, cujos inimigos ainda não poderão apontar um único fato da sua vida publica, que o não enobreça.*¹⁸

Dessa forma, o articulista fundamentava sua crítica ao antigo *modus operandi* dos progressistas em manter em cargos públicos seus sectários, e, em com-

plemento, salientava as qualidades daquele que, ao que tudo indicava, perfilava as linhas do Partido Liberal (PL), agremiação partidária que ia se consolidando como uma das principais frentes políticas provinciais (PICCOLO, 1992, p. 55 et seq.; VARGAS, 2007, p.57).

É curioso observar que o personagem estivesse envolvido neste tipo de polêmicas, ainda que involuntariamente, figurando como pivô de disputas políticas já na década de 1860, isto é, quase vinte anos antes do semelhante episódio que abre este artigo. E isso porque a hipótese inicial era a de que Leopoldino fosse politicamente apadrinhado por Gaspar da Silveira Martins, como já salientado na rusga parlamentar da década de 1880. Contudo, é importante salientar que Silveira Martins começou a ter protagonismo no PL apenas no início da década de 1860 (VARGAS, 2007, p.55), quando retorna de São Paulo e é, rapidamente, acolhido nos quadros liberais. Como vimos, entretanto, Leopoldino já estava na Contadoria da Fazenda desde o final da década de 1840, fato que contribui para a complexidade de sua possível relação político-partidária: Leopoldino era um quadro importante em termos estratégicos ainda no período anterior ao estabelecimento dos liberais como partido de proeminência na província? Se sim, qual seria sua função e seu ponto de relação política?

Mesmo se considerarmos as décadas posteriores, nas quais o personagem ocuparia o cargo máximo dentro das possibilidades da autarquia da qual fazia parte, o de Diretor do Tesouro Imperial, seu papel dentro do jogo político ainda resulta em dúvidas. Vargas (2007, p. 101), analisando algumas figuras de proeminência na política provincial ao longo da segunda meta-

¹⁶Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional - BN. *O Constitucional* (RJ), 14 de abril de 1864, p.3. Não foi possível identificar a autoria do texto.

¹⁸O Partido Progressista Liberal ou “baronista” era uma dissidência do Partido Liberal Clássico, e era liderado pelo então Barão de Porto Alegre (VARGAS, 2007, p.55; PICCOLO, 1992, p.51).

¹⁸Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional - BN. *O Constitucional* (RJ), 14 de abril de 1864, p.3

de do século XIX, encontra um depoimento de Aquiles Porto-Alegre sobre a relação de Silveira Martins com Leopoldino que sugere, no mínimo, uma dependência mútua, ainda que desproporcional em função dos lugares políticos ocupados por ambos. O autor, a partir da análise desta dinâmica relacional, argumenta que quadros políticos como Silveira Martins faziam o papel de mediadores entre a Corte, a província e o poder local, viabilizando um jogo de interdependência e influência através de um complexo sistema de alocações de aliados em posições-chaves na estrutura de poder. Conforme Vargas (2007, p.101-2):

Uma vez na Corte, estes homens buscavam recrutar seus homens de confiança. Em telegrama de julho de 1878, Silveira Martins exigia: “O Sr Leopoldino Joaquim de Freitas deve embarcar para esta cidade quanto antes, para tomar conta do cargo que lhe destino”. Leopoldino, segundo Aquiles Porto Alegre, era o “bispo do tesouro” e empregado da confiança de Gaspar. [...] Estes homens que conseguiam romper com estas barreiras temporais e espaciais constituíam-se em mediadores, funcionando como interlocutores privilegiados entre o poder local e o poder central.

Partindo dos pressupostos que venho apontando até aqui, isto é, aqueles dos arranjos pré-estabelecidos e do mérito pessoal, há que se perguntar uma vez mais: qual era o “valor” sócio-político de Leopoldino para Silveira Martins e para o Partido Liberal? Se considerarmos que nosso personagem não era oriundo de uma família abastada e nem possuía capital econômico suficiente para que fosse essa a sua “importância” dentro do complexo relacional de Silveira Martins, bem como o fato de que Leopoldino não era uma figura de expres-

são na arena política provincial¹⁹, temos de considerar outros aspectos dessa reação. É importante salientar que aqui se considera a disparidade de lugares socioeconômicos na estrutura social provincial do Oitocentos, mas não de modo condicionante no que toca à mobilidade entre os agentes. Trocando em miúdos, ainda que existam lugares demarcados em se tratando de origem social, os indivíduos se relacionam e se afetam reciprocamente. Este entendimento é facilitado se consideramos estas relações a partir das redes relacionais nas quais estes sujeitos estavam inseridos, observando, assim, além das estruturas hierárquicas e normativas definidoras de um espaço-tempo (IMÍZCOZ, 2004).

Embora a reconstrução ampla de uma cartografia relacional extrapole os limites deste artigo, considero importante seguir oferecendo bases para um entendimento mais consistente dos caminhos pelos quais Leopoldino foi estabelecendo suas relações na Porto Alegre oitocentista. Por isso, a seguir, vamos para outra dimensão de sua vida pública, aquela da devoção religiosa.

Lugares para se estreitar laços

Na página 84 do livro de registro de irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre, registrava o escrevente: Leopoldino Joaquim de Freitas. Ao lado do nome do irmão associado, o registro de várias datas informando aquilo que, provavelmente, foram os seus anos de pertencimento e contribuição, de acordo com o compromisso devocional, estabelecendo, assim, o espaço de 22 anos, de 1860 até 1882.²⁰

A Irmandade da Conceição foi fundada em 1790, pelo pardo Manoel Ferreira do Nascimento, e estava

¹⁹ Leopoldino ocupou o cargo de deputado provincial por um mandato, conforme aponta o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, tendo participado da mesa diretora na 3ª legislatura, em 1849, como 1º suplente. Ver o portal do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Mesa_Diretora_1/tabid/3678/language/pt-BR/Default.aspx. Acessado em 15 de outubro de 2018.

²⁰ Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA. Livro de matrícula dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (1845-1890), p.84.

destinada à devoção dos habitantes locais, notadamente os brancos e pardos (TAVARES, 2008, p.131). Ao longo dos anos, contudo, a comunidade negra também se inseriu naquela congregação devocional, estabelecendo, assim, um local em que era possível experimentar a vivência com variados estratos sociais. Diferente de experiências devocionais que historicamente foram espaços da comunidade negra, como, por exemplo, a Irmandades do Rosário de Porto Alegre (MÜLLER, 2013), a Irmandade da Conceição, provavelmente pelo leque de possibilidades que a definição “pardo” permitia (VIANNA, 2007; MATTOS, 2013), foi um espaço de associativismo amplo: tanto homens e mulheres da elite econômica local, quanto sapateiros, carpinteiros, músicos, e outras diversas profissões ocupadas por pessoas dos setores mais baixos na estrutura socioeconômicas (MOREIRA; ALMEIDA, 2017). O trânsito de negros por entre as funções administrativas nesta devoção, bem como a sua simples frequência nas reuniões, são, a partir de um entendimento que considera o intercâmbio social para além das estruturas sociopolíticas e econômicas, elementos passíveis de uma leitura que sugere, dentre outras coisas, o reconhecimento daquele espaço como um reduto de “qualificação” pública. Isso se deve ao fato de que, por um lado, frequentar uma irmandade reconhecida por congregar pardos e brancos poderia contribuir para “amenizar” as *marcas da cor* naqueles agentes que carregavam consigo, ainda que livres, o peso do sistema escravista; por outro, favorecia uma série de relações com sujeitos mais destacados na sociedade de que faziam parte, levando em consideração que, no limite, diante do mesmo altar, todos eram iguais.

O pertencimento de Leopoldino à Irmandade da Conceição oferece ainda subsídios para a discussão que reflete sobre uma parcela da população negra²¹ que ocupava algumas camadas de maior destaque no espaço urbano de Porto Alegre. A partir do esforço dos historiadores que, por meio de suas pesquisas, restituem o protagonismo dos negros na história sul-rio-grandense, conhecemos a trajetória de outros membros da mesma irmandade, como, por exemplo, a do maestro Joaquim Mendanha (MARQUES, 2017) e a do político Aurélio Viríssimo de Bittencourt (MOREIRA, 2014). As trajetórias destes dois personagens oferecem a possibilidade de perceber a população negra não só sob a ótica do lugar subalterno em termos socioeconômicos, mas, também, a partir de suas ocupações de espaços de maior ascensão social. E é por meio da investigação destes ambientes de sociabilidade que é possível identificar a atuação destes agentes, e observar sua reciprocidade relacional, mesmo em dimensões superficiais como, por exemplo, a de frequentarem uma mesma reunião, ou a mesma missa²². Tudo isso com o intuito de encontrar as pequenas mobilidades sociais destes sujeitos, como sugere a historiadora Letícia Marques:

Embora com grandes empecilhos, tanto no período colonial quanto no imperial, no Brasil e em outras partes da América, é forte o indicativo de que a mobilidade se fez presente – mesmo que de forma desigual – também entre os —homens de cor. Essas evidências vêm a reforçar aquilo que viemos argumentando [...]: que embora pequeno, o acesso desses indivíduos a melhores cargos ou lugares sociais era possível, trilhar um caminho com alguns momentos de ascensão social. Mobilidade social esta que poderia ser caracterizada não só pela proprieda-

²¹No mesmo livro de registro citado, na página 83, há a inserção da irmã Estefânia Maria da Assumpção Costa, contendo informações de sua participação até 1882. É bem possível que se trate da mãe de Leopoldino. Sua inserção na irmandade fortalece o argumento da proximidade da população negra naquela devoção.

²²Conforme MOREIRA, 2014, p.92: “Atualmente, estudar um indivíduo significa investigar os seus vínculos, as suas afetividades, afinidades e animosidades. Tratar de um indivíduo não é mais simplesmente enaltecer a sua relevância política e a autonomia e repercussão de seus atos. Fazer emergir historicamente um indivíduo é localizá-lo na interdependência de suas relações, sob os mais diversos prismas”.

de de bens materiais, mas, como no caso de Joaquim José de Mendanha, no acúmulo de capitais relacionais e simbólicos que tinham um forte impacto na sociedade oitocentista (MARQUES, 2017, p.88)

O paralelo entre Freitas e Mendanha pode ser entendido. De acordo com a pesquisadora, o maestro Mendanha foi um agente silencioso (MARQUES, 2017, p.132 et seq.), captando o ambiente que o circundava e agindo conforme o jogo de hierarquias sociais lhe permitia ascender. Esta perspectiva é também valiosa na investigação da trajetória de Leopoldino, fundamentalmente por considerar como determinantes nas margens de manobras destes personagens os seus trânsitos por instituições de suma importância para a sociedade Oitocentista. Neste repertório de instituições, é possível citar em ambas as trajetórias, inclusive para além do espaço devocional, aquele das forças armadas, notadamente o Exército Brasileiro.

Nosso personagem, como já foi mencionado, esteve envolvido com as forças armadas durante sua juventude, especialmente durante o conflito Farroupilha. Sua participação no exército brasileiro, contudo, outra vez foi solicitada durante a Guerra do Paraguai, conflito que aprofundou a importância da classe militar na vida política nacional (CARVALHO, 2008, p.55), em especial para os rio-grandenses (VARGAS, 2007). É provável que por sua vinculação às instâncias do serviço público, Leopoldino tenha servido na função na qual aparece no *Relatório do Ministério da Guerra*, de 1866 – dois anos após o início do conflito:

[...] Aos 4 dias do mês de Julho do ano de 1865, no quartel-general do comando em chefe do exército brasileiro em operação em Juquery, compareceram os Srs. Francisco Xavier Bravo, Appolinario Benites e Mariano Cabal, e presentes o

*Ex.mo Sr. General Manoel Luiz Osório, comandante em chefe do mesmo exército, os Srs. Chefe da repartição fiscal, Leopoldino Joaquim de Freitas, e major deputado do quartel-mestre general, Umbelino Alberto de Campo Limpo, para o fim de contratar o fornecimento de etapa ao exército brasileiro, por não ter passado o Uruguay o fornecedor do mesmo exército [...]*²³

A participação de Leopoldino, desse modo, restringiu-se aos setores administrativos, talvez pelo reconhecimento de seus méritos dentro da função, estabelecendo, assim, uma imagem pública a ser reconhecida. Essa dimensão, aliás, também é ressaltada por Marques na análise da trajetória de Joaquim Mendanha, uma vez que, segunda a autora, umas das “ferramentas” daquele personagem na dinâmica social era o reconhecimento como homem honrado e probo, e que a construção dessa imagem sobreporia eventuais deméritos atribuídos à sua cor (MARQUES, 2017, p. 65). Dentro dessa construção simbólica de destaque por méritos, cabe mencionar que ambos ganharam a medalha da Ordem das Rosas, sendo Mendanha no grau de comendador, em 1845, e Freitas como cavaleiro, em 1860²⁴. Segundo a historiadora Camila Silva, esta condecoração seria oferecida àqueles que prestassem bons serviços ao Império, além de requerer um tratamento distinto aos que a utilizassem, segundo os critérios das graduações (SILVA, 2014, p.66-68).

O excerto supracitado também nos dá conta de uma eventual proximidade de Freitas com Manoel Osório, outro dos personagens que já apareceram, ainda que indiretamente, em sua vida. É bem verdade que ocupar um cargo administrativo de relevância na Província mais importante em termos territoriais, no momento daquele conflito, facilitasse, naquela ocasião, a presen-

²³Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional - BN. Relatório: Ministério da Guerra, 1866, p. 225.

²⁴Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Correio Mercantil (RJ), 1860, p.1.

ça de Leopoldino junto às altas patentes do exército, ali representada na figura de Osório. É forçoso relembrar, contudo, que Osório era o principal mentor do PL, o partido político que já havia “apadrinhado” a ascensão de Leopoldino na carreira burocrática. Havia algum interesse que sobrepusesse o mérito na presença de Leopoldino nos cargos administrativos provinciais? Não é possível dizer. Contudo, um ano depois daquela reunião que decidiria o abastecimento das tropas do exército brasileiro, Leopoldino seria nomeado Inspetor Geral da Tesouraria da Fazenda Provincial, em 1867.²⁵

Estes espaços foram utilizados por estes agentes para se estabelecerem socialmente, a partir de suas habilidades e méritos pessoais. No caso de Mendanha, seu reconhecimento esteve pautado em sua atividade musical, tanto no âmbito militar quanto no devocional²⁶, em uma carreira que remontava o período Farroupilha, visto que ele passou à sociedade Oitocentista como o compositor da melodia do Hino Rio-grandense. Para Leopoldino, esteve vinculada às atividades administrativas ligadas à burocracia estatal, ambiente de suma importância política.

Como tem sido a tônica até aqui, há que se questionar sua presença em cargos diretivos, inquirindo sobre as possíveis razões políticas de suas nomeações, visto que, embora seja possível encontra-lo em termos elogiosos nas páginas dos jornais, também o é em termos contestatórios, pautados por questões político-partidárias. Pensando nos lugares de sociabilidade como ambientes sócio-políticos, seria lícito supor que Le-

opoldino possuía também importância política por sua vinculação àquela instituição devocional da qual fazia parte? Assim, é também viável considerá-lo como um membro da elite sócio-política? Ou apenas um quadro intermediário no plano político geral, posto que um membro de uma “elite social negra”?

A propósito do uso de “elite” e de sua derivação: mais dúvidas do que conclusões

A edição de 10 de setembro de 1889 do jornal porto-alegrense A Federação, noticiava:

Pela exma. Sra. D. Adelaide Leopoldina de Freitas, irmã e herdeira do conselheiro Leopoldino de Freitas, foram oferecidos à Biblioteca Pública desta capital duzentos e tantos volumes de obras literárias e científicas que pertenceram ao aludido finado.²⁷

Leopoldino havia falecido naquele ano, no mês de junho. Em seu atestado de óbito, constava como *causa mortis* a ataxia, um transtorno neurológico com consequências nas capacidades motoras (MOREIRA; CAMPOS, 2017, p. 61). Já em 1881, sua saúde tinha sido motivo de afastamento de seu cargo como Tesoureiro Geral da Fazenda²⁸, e, neste mesmo ano, por decretos de maio e junho, Leopoldino foi aposentado²⁹. Na altura de seu afastamento e aposentadoria, o personagem já havia sido agraciado com o título de Conselheiro da Fazenda, em 1878³⁰, galardão com o qual passou a ser referenciado até seus últimos dias. Ao falecer, o *conselheiro* Leopoldino deixou, em termos de bens inventariáveis, apenas uma casa na rua Duque de Caxi-

²⁵Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal (RJ), 1867, p.2.

²⁶É importante mencionar que dentro das Irmandades da Conceição e do Rosário, é possível identificar vários homens negros que foram seus discípulos musicais, conforme a investigação de BOHRER, 2014.

²⁷Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. A Federação (RS), 10 de setembro de 1889, p. 2.

²⁸Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Gazeta de Notícias (RJ), 27 de abril de 1881, p. 1.

²⁹Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio (RJ), 6 de junho de 1881, p.1.

³⁰Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. A Reforma (RJ), 11 de agosto de 1878, p.2.

as, em Porto Alegre, avaliada em 2:000\$000 (MOREIRA; CAMPOS, 2017, p.61). Este imóvel foi reivindicado por sua irmã, Adelaide Leopoldina de Freitas, única herdeira, que manteve para o núcleo familiar não só este bem, mas aquele que, como vimos, herdara, juntamente com nosso personagem, por ocasião do falecimento da negra Eufrásia.

Contudo, Leopoldino legou também uma intrigante questão para os pesquisadores do futuro, o registro de sua cor em seu atestado de óbito: “aos oito dias do mês de junho de mil oito centos oitenta e nove, nesta Igreja Catedral foi encomendado Conselheiro Leopoldino Joaquim de Freitas, *branco*, desta província [...]”³¹. O “embranquecimento” pelo qual passou, em seu derradeiro documento, derivou da posição social que ocupava ao fim de sua vida? Por óbvio, não fora Leopoldino que informara a cor para o registrador. Então, quem o fez, observou quais critérios para aquela definição? Esta questão nos encaminha para a parte final deste artigo que, como não poderia deixar de ser, vem amparada em dúvidas.

Em termos gerais, o conceito de elite é utilizado para definir grupos ou indivíduos que ocupam posições de destaque dentro de uma sociedade, a partir de prerrogativas intrínsecas ou em função da manipulação de cargos dentro de instituições sociais basilares (BARAS, 1991, P.10; MARTINS, 2008, p.48; NORONHA, 2008, p.26).

Se, em geral, as concepções paradigmáticas de elite estejam vinculadas ao advento dos regimes democráticos, a partir da pressuposição básica da igualdade

entre os indivíduos³² (HEINICH, 2004, p. 313), para o caso em questão, embora se trate do período imperial brasileiro, o conceito é utilizado a partir da amplitude que ele comporta, uma vez que, como sustentou o historiador francês Christophe Charle, embora nem sempre preciso em sua utilização analítica, “elites” é um “sintagma [que] permite abarcar, sob um conceito mais abstrato, os diversos tipos de grupos dirigentes ou dominantes” (CHARLE, 1997, p.39).

Assim, em uma sociedade, há a elite política, a religiosa, a econômica, a intelectual etc., conformando, seja por meio de um campo, ou por outro, uma elite social, não de toda alheia da *massa* que compõe essa mesma sociedade (YSMAL, 1985). Há que se considerar, contudo, que, para alguns autores, não há uma distinção ideológica na composição destes núcleos elitistas, mas, sim, um sentimento de pertencimento de classe (MILLS, 1981, p.20); para outros, contudo, a homogeneidade ideológica não é prerrogativa totalmente definidora quando se leva em conta a experiência histórica (LEFERME-FALGUIÈRES; RETERGHEM, 2001, p.62). Além da eventual dissonância ideológica, há também a perspectivas analíticas que dividem a elite – notadamente a política – em pluralista e monista. A primeira vertente reconhece que a esfera de exercício de poder é múltipla, de maneira que os grupos que o detém se relacionam em seu poderio, limitando-se, contudo, a sua própria esfera; a segunda, por seu turno, considera que há uma coesão no exercício do poder, não havendo distinções a partir de esferas de ação, mas, sim, uma dominação em conjunto. (GENIEYS, 2006, p. 123-128; HEINICH, 2004, p. 316-320).³³

³¹Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Registros de Óbitos de Nossa Senhora Madre de Deus, nº 17, fls. 8v-9. Grifo meu.

³²Haja vista que em sistemas em que prevalecem as relações de Antigo Regime é consensual e mesmo legal o reconhecimento de quem deve ocupar as posições de poder, mesmo sua *natureza*. O que não quer dizer, todavia, que para conjunturas pretéritas àquelas em que vigoram os regimes democráticos não seja possível uma análise dos complexos sócio-políticos de exercício de poder, especialmente se considerarmos que há sempre dimensões intermediárias (sujeitos/instituições) de mediação entre as classes sociais.

³³Para uma ampla revisão do conceito, bem como para uma perspectiva de seu uso no início do século XXI, ver o supracitado GENIEYS, 2006. Para uma reflexão que considera a aplicabilidade política do conceito elite em sistemas democráticos, a partir de três teóricos (Bernard Manin, Giovanni Sartori, e Eva Etzioni-Halevy), bem como sua vinculação aos paradigmas monista e pluralista, ver AZZOLINI, 2016.

Para os fins deste artigo, são mais eficazes os conceitos de elite política e econômica. Seria Leopoldino membro de alguma delas?

Para os dois casos, *stricto sensu*, arrisco dizer que não. Como vimos, Leopoldino não teve protagonismo político partidário a ponto de se tornar um quadro de relevância na arena pública provincial, de modo que, se levamos em consideração a razão principal que define a elite política, qual seja, a detenção efetiva dos mecanismos de exercício de poder (altos cargos políticos vinculados ao legislativo e/ou ao executivo), não parece ser adequado enquadrá-lo como tal³⁴. O mesmo pode ser dito no que concerne à esfera econômica, visto que, se por um lado, nosso personagem não era oriundo de agrupamentos familiares vinculados às instâncias de maior concentração de riqueza na província, por outro, não acumulou vultoso pecúlio ao longo de sua vida a ponto de ascender aos altos círculos econômicos - embora ocupasse cargos de certo prestígio dentro da burocracia estatal -, e que, após sua morte, não legou mais que um imóvel e uma pensão de 300\$000 para sua irmã.³⁵

Contudo, e por razões recém citadas, a trajetória de Leopoldino de Freitas não pode ser elencada no rol do comum, afinal de contas, como vimos, o personagem ocupou cargos de projeção, teve reconhecimento de quadros importantes do PL, e transitou pelas altas rodas político-econômicas³⁶. Isso nos leva a refletir sobre a posição de Leopoldino, não dentro do

específico da política e da economia provincial, mas, em uma mirada mais ampla, dentro da sociedade sul-rio-grandense Oitocentista como um todo, pois, como sustenta William Genieys (2006, p. 145), uma análise profícua da elite no espaço-tempo deriva de um investimento analítico a partir do “cruzamento dos indicadores sócio-políticos e de configurações institucionais”, uma vez que:

A primeira escolha analítica nos convida a apreender o que faz (ou não faz) a realidade da elite verificando sua pretendida homogeneidade, não somente a partir das propriedades sociais, mas também em função da lógica de ação compartilhada (crenças, representações e referenciais de ação). A segunda escolha nos convida a analisar os processos de tomada de decisão política em sua globalidade e através de sua duração, tendo em conta os recursos multiposicionais e relacionais das elites. (GENIEYS, 2006, p.145-6)

Não é demais lembrar ao leitor das condições adversas com as quais um homem negro tinha de lidar em um país no qual, para a população afro-brasileira, mesmo a liberdade era precária e instável (CHAULHOU, 2010). De tal sorte que, se localizá-lo dentro de uma elite bem definida não parece tão acertado, identifica-lo como um homem negro destacado dentro de uma população negra marginalizada sugere, ao menos, uma verticalidade social impulsionada tanto por um lugar político intermediário, quando pela simbologia social advinda deste trânsito por espaços de distinção, especialmente em se tratando de, como bem defi-

³⁴Conforme atestou o historiador Jonas Vargas, a elite política sul-rio-grandenses dos Oitocentos derivou, em grande medida, de um restrito grupo de famílias, componentes de uma elite ligada à economia estancieira, inter-relacionadas, e que operavam a partir de uma série de mediações entre os núcleos locais e as altas esferas de poder imperiais, a partir de convergências de interesses e posturas políticas. Ver VARGAS, 2012; 2011; 2007.

³⁵O Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, sessão de 22 de julho de 1889, tinha aprovou o pagamento de uma pensão anual no valor citado para Adelaide Leopoldina de Freitas, única herdeira de Leopoldino. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, Jornal do Commercio (RJ), 28 de julho de 1889, p. 2

³⁶Como referencia a nota biográfica de seu sobrinho, Leopoldo de Freitas: “Antes, no vigor de sua juventude, a política o agradava e por este motivo pertenceu como deputado, num biênio, à Assembleia Provincial, tendo então a amizade dos seus contemporâneos Drs. Félix da Cunha, Oliveira Bello, generais Barão de Porto Alegre e Osorio, Sarmento Menna, Paula Soares, Felipe Nery, coronel João L. Gomes e outro” (FREITAS, 1911, p. 6). Leopoldo ainda salienta que Leopoldino: “Gozava da maior consideração pública, possuía grandes simpatias em todas as classes da sociedade, principalmente na militar, onde os chefes o estimavam como um tingo e digno companheiro.” (FREITAS, 1911, p. 8).

niu a historiadora Ana Flávia Pinto, “um corpo carente das marcas de prestígio social” (PINTO, 2014, p. 24).

Trata-se, então, de um membro de uma “elite negra”?

Pensar em uma “elite negra” implicaria lançar mão das prerrogativas definidoras do que poderia ser uma elite - apontadas acima -, e complexificar ainda mais o conceito a partir de demarcadores étnico-raciais. Dentro da reflexão, há que se considerar também o aspecto da coerência ideológica, visto que, por se tratar de um segmento da sociedade, e não do todo social, determinados aspectos devem ser partilhados para que um agrupamento encontre um mínimo pertencimento e se poste em destaque, como elite, propriamente uma “elite negra” (além de poder ser visto como tal). Assim, ao historiador, deveria ser possível identificar no campo do discurso ou da ação, elementos que pudessem sugerir a expressão desse pertencimento. A proposta é relativamente mais aplicável em se tratando de organismos como as irmandades religiosas voltadas para e empreendidas pela comunidade negra ao longo do tempo, bem como às associações civis que salpicam na história do país – e do Rio Grande do Sul, notadamente na segunda metade do século XIX (SANTOS, 2011; MULLER, 2013; ROSA, 2014; PERUSSATO, 2017), em que – dentre outras coisas - o manuseio do letramento (outro indício de elite social) de mulheres e homens negros trazia a lume as reivindicações comunitárias e, nesse processo – e por conta dele -, se elevavam como agrupamento destacado e, por isso, passível da aplicabilidade do conceito de “elite”. Novamente, saliento, em uma dimensão segmentada da sociedade, e motivada por temas de reivindicações sociais comuns e da promoção do bem estar da comunidade negra.

Mas, e se considerarmos a trajetória até aqui exposta, na qual um homem negro, ainda que letrado e com prestígio social, mesmo que na seara simbólica,

não fez parte de agrupamentos publicamente reconhecidos como “pertencentes” a comunidade negra?

O historiador George Andrews sugere, ao analisar o desenvolvimento do que ele denominou de América Afro-Latina, que o conceito de “classe média negra” é aplicável para tratarmos de indivíduos negros de ascensão social constatável (ANDREWS, 2007, p. 139-149). Isso porque, segundo o Andrews, em razão do perverso sistema escravista, a mobilidade social dos negros esteve atrelada aos laços relacionais com os brancos, sempre desproporcionais, e com o fito principal da manutenção da paz social pelo *status quo* (ANDREWS, 2007, p.145). O conceito é útil, mas não definitivo. Se considerarmos uma “classe média negra”, estamos priorizando, principalmente, a dimensão econômica da relação social, ainda que acompanhada com o demarcador étnico, o que, de certa forma, esvazia o conceito, uma vez que remete menos à comunidade negra e suas divisões, do que propriamente à sociedade plural como um todo. Havia uma “classe média negra” dentro da ótica comunitária oitocentista dos afro-brasileiros, ou, aqui, tratamos de conceito construído *a posteriori*? Em outros termos, sobre o mesmo tema: a classe média negra, eventualmente constatável sob uma investigação de viés socioeconômico, compõe uma elite negra?

Se não parece aplicável para a trajetória esboçada neste artigo, o conceito de “elite negra” talvez possa encontrar maior aplicabilidade dentro de um estudo de conjunto que lance mão da metodologia prosopográfica, a partir do qual um apanhado de sujeitos que compartilhassem de características semelhantes às de Leopoldo pudessem perfazer um conjunto mais ou menos homogêneo e, assim, amparar o rótulo de “elite negra”. Em certa medida, personagens como os já citados Joaquim Mendanha e Aurélio de Bittencourt, podem nos servir de exemplo. Este estudo, entretanto, ainda está

por ser feito, como argumenta a socióloga Ângela Figueiredo, para quem, ainda hoje é necessária uma pesquisa sobre “aqueles que ousaram sair dos lugares historicamente reservados aos negros no Brasil” (FIGUEIREDO, 2012, p. 13).³⁷

A trajetória de Leopoldino oferece a possibilidade de refletir sobre as tramas sociais oitocentistas, especialmente no âmbito regional, e traz mais dúvidas do que conclusões. Até aqui, se sabe que o personagem, por mérito e por ainda opacas razões políticas, galgou postos de prestígio na estrutura administrativa do Império, além de receber o reconhecimento de importantes agentes políticos da província, como o de Gaspar da Silveira Martins. Contudo, ao que parece, Leopoldino não ampliou suas relações num sentido de expansão e fortalecimento de capital político. Sendo já homem de público conhecimento na província no período em que

o Partido Liberal se fortaleceu, não seguiu como “aposta” dos mentores daquela agremiação, diferente dos jovens Félix da Cunha e Silveira Martins, seus conhecidos. Também não conheceu a riqueza, ainda que tenha, aparentemente, vivido em situação econômica razoável.

Entretanto, é em seu legado que parece estar a fortuna de sua trajetória: seus sobrinhos, Leopoldo e Alcides, iriam alçar voos, se não mais altos, ao menos semelhantes aos do tio. Os dois reconheceram em Leopoldino um mentor intelectual e material em suas próprias trajetórias, o que pode sugerir, dentre outras coisas, que talvez a estratégia da geração de Leopoldino e de sua irmã, Adelaide, mãe de Leopoldo e Alcides, tenha sido não só a ascensão própria, mas, também, o preparo do terreno para o florescimento de novos caminhos.

³⁷Em 2014, a historiadora Ana Flávia de Magalhães Pinto defendeu sua tese de doutorado na UNICAMP com o trabalho intitulado *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*, em que analisava as trajetórias de quatro literatos negros brasileiros no intuito de perceber, em suas obras e atividades públicas, a sua própria mobilidade social. Embora se aproxime de um estudo prosopográfico conforme o que aqui suponho e que demonstre que tais literatos contribuíram, em maior ou menor medida, para movimentos identitários na virada do século XIX para o XX, não problematiza essas trajetórias a partir de uma perspectiva de elite negra. Ver PINTO, 2014. Para uma reflexão sobre uma classe média negra brasileira no começo do século XXI, ver FIGUEIREDO, 2004. Ver também a discussão sobre o tema e sobre autores clássicos que o pensaram, como Florestan Fernandes e Thales de Azevedo, em PRAXEDES, 2006.

Referências

- ANDREWS, George Reid. *América Afro-latina, 1800 – 2000*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2007.
- ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. 2007. Porto Alegre. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.
- AZZOLINI, Giulio. *Les élites politiques et la démocratie*. Perspectives théorico-politiques. Le Philosophoire, n° 46, 2016/2, p.87-105
- BARAS, Montserrat. Las elites políticas. In *Revista del Centro de Estudios Constitucionales*, v. 10, 1991, p. 9-24.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: Raça, Classe e Cultura em Porto Alegre no pós-Abolição*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHARLE, Christophe. Légitimités en péril: éléments pour une histoire comparée des élites et de l'État en France et en Europe occidentale (XIXème-XXème siècles). *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 116-117, 1997, p. 39-52.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, v. 19, 2010, p. 33-69.
- GENIEYS, William. Nouveaux regards sur les élites du politique. *Revue française de science politique*, v. 56, 2006/1, p. 121-147.
- HEINICH, Nathalie. Retour sur la notion d'élite. *Cahiers internationaux de sociologie*, n° 117, 2004/2, p.313-326.
- LEFERME-FALGUIÈRES, Frédérique; RENTERGHEM, Vanessa V. Le concept d'élites. Approches historiographiques et méthodologiques. *Hypothèses*, 2000-2001, p. 57-67.
- FARINATTI, Luis A. E.; VARGAS, Jonas M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844). *Topoi*, v. 15, 2014, p. 389-413.
- FIGUEIREDO, Ângela. *Classe média negra: trajetórias e perfis*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- FIGUEIREDO, Ângela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. In *Cadernos Pagu*, v. 23, 2004/2, p. 199- 228.
- FREITAS, Leopoldo. Conselheiro Leopoldino Joaquim de Freitas. In RODRIGUES, Alfredo Ferreira. (Org.) *Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Editores Pinto & C, 1911.
- IMIZCOZ, José María. Actores, Redes, Procesos: reflexiones para uma historia más global. *Revista da Faculdade de Letras – História*, v. 5, Porto (Portugal), 2004, p. 1-28.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MACHADO, Maria H. P. T. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade? GRINGBERG, Keila; AARÃO REIS FILHO, Daniel; STOLZE LIMA, Ivana. *Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.
- MARQUES, Letícia R. O maestro Joaquim José de Mendanha: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil oitocentista. Porto Alegre, Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

- MARTINS, Monique de S. *Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França*. Tomo, n.13, 2008, p.43-73.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Unicamp, 2013.
- MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MOREIRA, Paulo R. S.; CAMPOS, Vanessa G. “Evitar o circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou negro”: o professor e deputado Alcides de Freitas Cruz (1867 – 1916). In Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Memorial do Legislativo (orgs.). *Alcides Cruz: perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017, p.44-87.
- MOREIRA, Paulo R. S.; ALMEIDA, Vinicius F. de. Os pardos da imaculada: trajetórias e agências negras na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre (século XIX). *Métis: história & cultura*, v. 16, 2017, p. 141-172.
- MOREIRA, Paulo. R. S. “O Aurélio era preto”: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, v.40, 2014, p.85-127.
- MUGGE, Miquéias H. Sombras, soldados e um comandante da guarda nacional: fronteira e guerra no sul do Império do Brasil (ca. 1850-1873). In VARGAS, Jonas M. (Org.). *Belicosas fronteira: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.
- MÜLLER, Liane S. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- NORONHA, Andrius E. Análise teórica sobre a categoria “elite política” e seu engajamento nas instituições da comunidade regional. *Barbarói*, n. 29, 2008, p. 24-45.
- PERUSSATTO, Melina K. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)*. Porto Alegre, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- PINTO, Ana F. Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas, Tese (Doutorado), Universidade de Campinas, 2014.
- PRAXEDES, Rosângela Rosa. *Negros de classe média na cidade de Maringá*. São Paulo, Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- ROSA, Marcus V. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Campinas, Tese (Doutorado), Universidade de Campinas, 2014.
- SANTOS, José A. dos. *Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Porto Alegre, Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.
- SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1779-1889)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.
- SILVA, Camila B. *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.
- TAVARES, Mauro Dillman. *Irmandades, Igreja, devoção no sul do império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008
- SINIMBU, João. L. V. Cansansão de. *Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1854.
- VARGAS, Jonas M. “Um império de cruces, togas e espadas”: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, do Ceará e da Bahia no período monárquico. In HEINZ, Flávio M. (Org.). *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- VARGAS, Jonas M. “Um negócio entre famílias”: a elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In HEINZ, Flávio M. *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

YSMAL, Colette. Elites et leaders. In GRAWITZ, Madeleine ; LECA, Jean. *Traité de science politique: l'action politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. T. 3.

Submissão: 20/11/2018

Aceite: 13/02/2019